PT gaúcho: compromisso com o Rio Grande do Sul e com o Brasil

03/05/2009

Na semana que passou a imprensa gaúcha reproduziu a opinião crítica de dirigentes partidários, locais e nacionais, sobre o processo de antecipação da escolha da candidatura petista ao governo do estado. Mais do que isso, a partir do posicionamento de dois deputado federais petistas, especulou sobre a hipótese do PT gaúcho apoiar o PMDB no nível estadual. Diantes desses acontecimentos a corrente PT Amplo e Democrático divulgou nota que reproduzimos.

"Cidadão não é aquele que vive em sociedade; é aquele que a transforma."
Augusto Boal

O PT tem, hoje, uma oportunidade histórica de contribuir com seu patrimônio político, para resgatar o Rio Grande e sintonizá-lo com o Brasil. A correta decisão da direção partidária estadual em antecipar a escolha política do candidato do PT ao governo do RS está possibilitando um amplo debate com a base – nas plenárias regionais – e, ao mesmo tempo, um diálogo com partidos do campo democrático em torno das eleições de 2010. A clareza do significado deste momento conjuntural leva lideranças do porte de Olívio Dutra e Tarso Genro e Raul Pont a defender e a construir as bases de uma real unidade em torno de um programa que se expressará e desdobrará no processo eleitoral para a sociedade gaúcha e a brasileira.

Nesse contexto, duas posições veiculadas, nos últimos dias, pela imprensa, merecem profunda reflexão e exigem posição de lideranças e militantes. A primeira, foi a declaração do presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, classificando o Encontro Estadual do PT e os prazos de inscrição de pré-candidaturas de extemporâneos e legalmente questionáveis. Ora, o partido faz, desde a crise do chamado mensalão, um grande esforço de revitalização da militância exatamente pela convicção de que os métodos democráticos são o antídoto para equívocos, erros ou condutas anti-éticas. Se os regramentos devem ser cumpridos – e todos concordamos com a disciplina interna – não é com a finalidade de submeter a política à burocracia.

O calendário aprovado pelo Diretório Estadual resultou de ampla discussão e está dentro das regras partidárias e da política. Colocar obstáculos prévios à sua concretização é deslocar o debate do centro político, além de revelar uma concepção verticalizada, sem espaço para decisão das estruturas regionais e das bases partidárias. O PT do RS é zeloso quanto à disciplina partidária e quanto ao seu papel na sociedade. E o que, hoje, se impõe é a firme determinação de romper a lógica neoliberal que preside a gestão do governo Yeda e criar as bases para a continuidade pós-2010 do projeto nacional representado pelo Governo do Presidente Lula. Para isso, é necessário armar a militância e estabelecer diálogo com partidos políticos e, fundamentalmente, com a sociedade. Foi essa decisão política que orientou o calendário, não o inverso. **A inércia não produzirá os efeitos que precisamos para cumprir com nosso papel**.

O outro fato que merece reflexão é a defesa da tese de que podemos entregar a cabeça de chapa ao PMDB, em nome do projeto nacional, feita pelos deputados federais Emília Fernandes e Marco Maia. Não estamos falando de alianças municipais geradas por circunstâncias locais e repercussão limitada. Nem estamos tratando do próprio Governo Lula cujas alianças para o centro desempenham um duplo e paradoxal papel: ajudam na chamada governabilidade, mas, ao mesmo tempo, exigem esforços muito maiores para levar adiante o programa de governo.
Estamos falando do governo neoliberal e antipopular do PSDB de Yeda sustentado, política e estrategicamente, pelo PMDB. Estamos falando do PMDB, que vem governando o estado, sempre em conjunto com as forças neoliberais e que, em vinte anos, jamais apresentou qualquer projeto de

desenvolvimento progressista para o RS.

Nós temos outra forma de ser úteis ao projeto nacional: ganhar as eleições e fazer do Rio Grande do Sul mais uma trincheira na defesa da cidadania brasileira; ajudar no aprimoramento das instituições republicanas; executar um programa de inclusão e desenvolvimento, construindo, no governo, um espaço privilegiado para o exercício democrático do controle social e político do Estado. **Abdicar destas possibilidades é concorrer para que o projeto nacional, com Dilma, fique mais dependente de aliados do que das forças sociais e petistas e mais vulnerável, sim, aos ataques da elite representada pelo PSDB-DEM (PFL) e do monopólio da mídia. Defender essa hipótese também significaria estar em um governo no RS, como coadjuvante, para fazer, exatamente, o quê? Sob que programa? Privatizar o que resta do patrimônio público? E quem se beneficiaria com isso? Estas são apenas algumas das interrogações que precisam ser feitas.**

Ao mesmo tempo, afirmamos que a presidência nacional do PT não pode estar a serviço de interesses particulares, em defesa de uma falsa questão, como a de apoiar um candidato do PMDB para o governo gaúcho.

O PT do RS tem erros e limites, mas foi este PT que lançou, para o Brasil e para o mundo, o Orçamento Participativo; que organizou e hospedou a primeira edição do Fórum Social Mundial; que é referência para o petismo no Brasil; que enfrentou Collor e FHC, dando quatro vitórias consecutivas ao Presidente Lula antes da primeira vitória à Presidência da República; que projetou e ajudou a construir, nacionalmente, figuras da envergadura de Olivio Dutra, de Tarso Genro e da própria ministra Dilma Rousseff (que foi Secretária de Minas e Energia e Comunicação do governo de Olívio, no RS).

Lutamos 29 anos, através do PT, para mudar o Brasil e temos orgulho desta trajetória e, se uma dose de pragmatismo na política é necessário, assim mesmo não pode ser de tal ordem que nos transforme em nosso contrário e que, a partir de então, **a política se torne uma exercício repetitivo de como chegar ao poder e de permanecer nele mesmo que despido de conteúdo**, de programa e de sintonia com os anseios e a luta do povo brasileiro, em especial dos gaúchos.

Conclamamos, pois, nossas lideranças e nossos militantes a manifestarem sua indignação com a forma pouco respeitosa de tratar o PT do RS. O PT tem uma história que não pode ser rasgada em nome de supostas razões mais amplas. Estas questões não são apenas circunstanciais. São emblemáticas do modo de conceber e de conduzir o partido. Se estão de acordo com nossas convicções ou na contramão do que queremos para o PT, é o que temos que definir. É fundamental que o façamos, urgentemente.

Por um PT/ RS digno de sua história!
Na defesa da candidatura própria ao Governo do RS! Com Lula e Dilma por um Brasil ainda mais justo e democrático!

Porto Alegre, 03 de maio de 2009.

PT AMPLO E DEMOCRÁTICO

Compartilhe nas redes: